

Grupo da USP nega apagão de engenheiros e afirma que carências são localizadas geograficamente e em certas especialidades

OBSERVATÓRIO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE, LIGADO AO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS, TAMBÉM APONTA *GAP* GERACIONAL QUE LEVOU À FALTA, HOJE, DE PROFISSIONAIS EXPERIENTES **Por Ricardo Muniz**

Não há apagão generalizado de engenheiros. O que existe é carência regional e/ou em certas especialidades, como engenharia naval, além de um *gap* geracional, herança dos tempos em que a profissão era desvalorizada e sem boas perspectivas. A conclusão é de estudo divulgado em agosto pelo Observatório da Inovação e Competitividade (OIC) do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Para Mario Salerno, coordenador do OIC e professor titular do departamento de engenharia da produção da Poli-USP, antes de mais nada é fundamental definir o que vem a ser escassez de engenheiros. "O Ipea e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República têm trabalhos sobre falta de médicos. A conclusão clara desses trabalhos é que há sim falta desses profissionais da saúde", diz o engenheiro. Mas na cobertura do suposto apagão de engenheiros, pautada na imprensa bem antes da polêmica dos médicos, o especialista detecta "muita opinião, impressão, especulação, muito estudo sem base e até gente séria que erra na conta ou na lógica. O que menos tem são dados."

Apresentando detalhes do estudo, o sociólogo Leonardo Melo Lins, pesquisador do OIC, mostra que em 2000 havia 1,04 formando em engenharia para cada 10 mil habitantes. Em 2011, eram 2,31 formandos (Censo do Ensino Superior/Inep e IBGE). "Em 2013 está 2,5, aproximadamente", complementa Salerno. A questão é: ainda que tenha mais do que dobrado, esse contingente novo é suficiente? Qual pode ser um critério válido de

suficiência? Se for a comparação internacional, os dados são gritantes: a China tem 13 formandos por grupo de 10 mil habitantes, e a Coreia do Sul tem mais de 20.

Em resposta à questão "estamos fazendo o debate correto sobre a escassez de engenheiros?", os pesquisadores do OIC verificaram que:

- **O emprego não cresce a taxas maiores do que a formação dos engenheiros com respeito ao passado recente**
- **O emprego e o número de engenheiros não são menores do que o "desejado socialmente" (diante de evidente dificuldade em definir o que seja isso, a evolução do PIB foi usado como parâmetro)**
- **Não houve um aumento do salário dos engenheiros muito superior ao das demais categorias profissionais**
- **Não é verdade que os engenheiros estejam procurando (e achando) melhores empregos em outras empresas (rotatividade)**

Das seis hipóteses empregadas para calibrar melhor o debate, o OIC verificou que apenas duas poderiam eventualmente alimentar o discurso do apagão generalizado: de fato diminuiu sensivelmente o desemprego dos engenheiros (mas a taxa de desemprego nesta profissão sempre foi muito baixa). E, sim, houve maior atração para "ocupações típicas", tomando espaço das "não típicas".

Em 2010 o engenheiro que trabalha em funções típicas passou a ganhar mais que o colega que rumou para outras ocupações não relacionadas à en-

O fenômeno mais importante, avaliam os especialistas, é que o Brasil passou por quase 20 anos com formação baixa de engenheiros; de 2000 a 2010 o número de formados voltou a subir

genharia. A rotatividade baixa, por sua vez, aponta para um mercado de trabalho "tranquilo", estável, onde a taxa de desemprego é de 2%.

"Estão reclamando de quê?", interroga Salerno. É verdade que há algumas reclamações que são válidas. Existe escassez em certas especialidades, como engenharia naval e de minas. Há problemas regionais, como em áreas de exploração de petróleo e gás, e também no Nordeste.

E, acima de tudo, "falta engenheiro com experiência, líder de projeto, que possa entrar na empresa e já desempenhar", explica Salerno. "Será que temos, então, um problema de formação?", interroga Lins. O relatório indica que mais de 40% dos formandos são egressos de cursos com conceito 1 e 2 no Enade; 30% vêm de cursos nota 4 e 5 (as mais altas). O problema é que ruídos como o usual boicote de estudantes contra o Exame enfraque-

cem os dados tanto para os melhores quanto para os piores cursos.

O fenômeno mais importante, avaliam os especialistas, é que o Brasil passou por quase 20 anos com formação baixa de engenheiros. De 2000 a 2010 o número de formados voltou a subir. "Começou de fato a melhorar em 2006-7, mas ainda se convive com a herança da falta de experientes, que não estão aí no mercado simplesmente porque a engenharia não era interessante em um dado momento", explica Salerno.

Assim, conclui, "não há apagão generalizado de mão de obra de engenharia no Brasil; não é o mesmo panorama da medicina". Sobre o *gap* geracional, ele diz que "não há o que fazer [além de esperar a "maturação" da força de trabalho], a não ser que se importe um ou outro, mas não é exatamente essa a solução".

'Professor-estrela' de curso online rompe com Coursera após empresa sugerir licenciamento de conteúdo

MITCHELL DUNEIER AINDA VÊ ÓTIMAS PERSPECTIVAS PARA MODELO DOS CURSOS ONLINE MASSIVAMENTE ABERTOS (MOOC'S), MAS DIZ TEMER QUE FERRAMENTA SEJA USADA PARA JUSTIFICAR CORTES NO FINANCIAMENTO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Um renomado professor americano que de repente virou celebridade anunciou a decisão de abandonar o curso de Introdução à Sociologia que lecionou ano passado – com imenso sucesso de público – por meio da plataforma de cursos online Coursera. Segundo reportagem de Marc Parry publicada pelo *Chronicle of Higher*

Education, Mitchell Duneier, um acadêmico de Princeton, se diz preocupado com a possibilidade de que o licenciamento ou o franchising de cursos online massivamente abertos (MOOC's, na sigla em inglês) acabem servindo como pretexto para que governos reduzam o financiamento de universidades públicas dos Estados Unidos.

O caso ganhou repercussão porque Duneier tornou-se rapidamente um "MOOC star", com direito à primeira página do *New York Times*. A fama é compreensível: o sociólogo obteve uma audiência de 40 mil alunos de 113 países para seu curso (que não conferia créditos).

Mas Duneier desistiu após

Professores de filosofia da Universidade Estadual de San Jose denunciaram a 'substituição da docência por educação online barata' e conclamaram professores 'que se importam com a educação pública' a não criar produtos que venham a solapá-la

ter sido procurado por representantes da Coursera que queriam licenciar seu curso, de modo que outras faculdades pudessem utilizar o conteúdo, combinando instrução online e presencial – deste modo, as instituições poderiam "economizar dinheiro". "Eu disse não porque penso que isso é um pretexto para que legisladores cortem o orçamento de universidades públicas", conta Duneier.

"Fico realmente desconfortável em fazer parte de um movimento que obtém suas receitas dessa forma. E também tenho sérias dúvidas se usar um curso como o meu desse modo [passando pela internet vídeos do curso verdadeiramente interativo para mais e mais alunos] poderia ser pedagogicamente eficaz."

Ele nega que tenha rompido totalmente com o modelo dos

MOOCs, mas diz adotar a postura de "esperar para ver". "O curso foi uma das maiores experiências de minha carreira", diz Duneier, complementando que pretende voltar a lecionar via MOOC, mas "dentro de circunstâncias adequadas".

Em maio de 2013, professores de filosofia da Universidade Estadual de San Jose se recusaram a lecionar um curso produzido pela edX, a plataforma de MOOC criada pelo MIT e por Harvard. Em carta aberta, denunciaram a "substituição da docência por educação online barata" e conclamaram professores "que se importam com a educação pública" a não criar produtos que venham a solapá-la. (R.M.)

Demanda por meritocracia é atenuada quando grupo que a exige é superado academicamente por outro

CONFRONTADOS COM DESEMPENHO DE ASIÁTICOS NA UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA, BRANCOS AMERICANOS PASSAM A DAR PESO MENOR A NOTAS EM EXAMES PADRONIZADOS

A usualmente rígida definição de meritocracia adotada por norte-americanos brancos é flexibilizada quando são confrontados com o desempenho acadêmico superior de asiático-americanos. A conclusão é de Frank Samson, do departamento de sociologia da Universidade de Miami. Seu estudo foi objeto de atenção de Scott Jaschik, do *Inside Higher Education*.

Samson realizou uma pesquisa com adultos brancos residentes no Estado da Califórnia e constatou que, em geral, esse grupo é a favor de políticas de admissão ao ensino superior – no

caso específico, à Universidade da Califórnia – que confirmam alta prioridade às médias obtidas no ensino médio e às notas em provas padronizadas (como exames vestibulares).

Mas quando representantes desse mesmo grupo foram induzidos a levar em consideração o sucesso acadêmico de estudantes de origem asiática, a bandeira meritocrática passou a ser pintada em tons mais suaves.

A proporção de asiático-americanos na UC é mais que o dobro da participação desse grupo na população californiana. Quando informados desse fato, os adultos brancos passavam a

apoiar um papel menor ao desempenho em exames vestibulares para admissão à universidade.

"Sociólogos descobriram que os brancos referem-se a 'qualificações' e uma distribuição meritocrática de oportunidades e recompensas, e ao suposto fracasso dos negros em viver de acordo com essa norma meritocrática, com o objetivo de reforçar a crença de que a desigualdade racial nos Estados Unidos tem alguma legitimidade", Samson escreve. "No entanto, os resultados aqui sugerem que a importância de crité-

A proporção de asiático-americanos na UC é mais que o dobro da participação desse grupo na população californiana

rios meritocráticos para brancos varia conforme certas circunstâncias. Os californianos brancos não têm um compromisso de princípio com um padrão fixo de mérito." (R.M.)

Corrida por parcerias acadêmicas rentáveis põe laços entre EUA e Europa em segundo plano

"OS CHINESES TENDEM A SE MOVER RAPIDAMENTE. CHEGAM E DEPOIS DE UNS POUCOS MINUTOS JÁ VÃO DIZENDO: 'ESTAMOS AQUI PARA ENCONTRAR PARCEIROS PARA A, B, C E D'. NÃO VEMOS ISSO EM INSTITUIÇÕES DE OUTROS LUGARES DO MUNDO", DIZ O DIRIGENTE DE UMA UNIVERSIDADE AMERICANA

A crise econômica na Europa e nos Estados Unidos está enfraquecendo os laços históricos entre universidades dos dois lados do Atlântico, ao mesmo tempo em que instituições de países emergentes, em especial da China, assumem protagonismo cada vez maior no estabelecimento de vínculos com a academia do Velho Mundo. A tendência foi objeto de artigo de Beth McMurtrie ("Is Europe Passé?"), publicado no periódico americano *The Chronicle of Higher Education*.

Enquanto as nações asiáticas continuam a investir em ensino superior como indutor de desenvolvimento, os orçamentos europeus para a área foram vítimas do fardo de governos às voltas com a recessão econômica. Com poucas exceções – como Alemanha –, as instituições sentem falta dos cofres recheados indispensáveis para tocar adiante atividades internacionais mais ambiciosas.

Ouvida pelo *Chronicle*, Ellen Hazelkorn, vice-presidente de pesquisa do Instituto de Tecnolo-

gia de Dublin, Irlanda, afirma que sua instituição está em busca de "gás novo" – um gás que viria dos emergentes. Herbert Grieshop, diretor do Centro para Cooperação Internacional da Universidade Freie, Berlim, complementa: "Para nós é muito mais fácil encontrar parceiros em países em desenvolvimento, que estão mais ávidos para se vincular estrategicamente conosco, do que nos EUA."

Agências governamentais norte-americanas também dire-

Durante o boom asiático, a Europa também estava ocupada internacionalizando suas universidades. Mas, nesse caso, o foco era tornar mais próximas as instituições da UE e encorajar a mobilidade no interior da região, e não fora dela

Entre 2000 e 2011, o número de estudantes vindos da China, Índia e Coreia do Sul para os EUA mais do que dobrou, para 367 mil. Somando todos os países da Europa, o total em 2011 não passou de 85 mil

cionaram sua atenção para "novos mercados" (distantes da Europa). Nos últimos anos, nasceram programas para enviar milhares de estudantes à China ou à América Latina; fortalecer os vínculos entre universidades indianas e americanas; estabelecer programas de intercâmbio entre a Índia e os EUA; ou para criar um quadro de acadêmicos que sejam fluentes nos chamados "idiomas críticos", como árabe e mandarim. Enquanto isso, foi suspenso o programa Atlantis, que semeava parcerias entre universidades europeias e americanas.

Universidades americanas, por seu turno, prospectam alunos estrangeiros que possam pagar 100% das despesas. Ou parceiros institucionais que tenham condições de financiar projetos de pesquisa, contribuindo, assim, para que se fechem as contas arrojadas por cortes orçamentários. "Todos nós estamos atrás dessas fontes de receita, e essa busca está nos dirigindo a outras partes do mundo", diz William Brustein, responsável por estratégias globais e assuntos internacionais da

Universidade Estadual de Ohio.

(Um problema adicional, dizem os diretores de intercâmbio internacional, é que as universidades dos EUA estão partindo do pressuposto de que ir à Europa está mais para turismo do que para imersão cultural: a Europa não é "suficientemente diferente", todo mundo fala inglês, há muitos americanos circulando por lá etc.)

O BEM-VINDO DINHEIRO ASIÁTICO

Uma população jovem em rápido crescimento, combinada com uma classe média ascendente, levou a uma explosão de matrículas de chineses em faculdades americanas. Entre 2000 e 2011, o número de estudantes vindos da China, Índia e Coreia do Sul mais do que dobrou, para aproximadamente 367 mil. Somando todos os países da Europa, o total em 2011 não passaria de 85 mil, contabiliza o artigo do *Chronicle*.

Mas não se trata apenas de estudantes. Delegações oficiais chinesas, em particular, estão "desembarcando aos montes" nos

Estados Unidos, escreve McMurtrie, e desembarcam ávidas por "casamentos arranjados". Parceiras em pesquisa, intercâmbio docente, titulação dupla ou conjunta – tudo está sobre a mesa de negociação.

"Os chineses tendem a se mover rapidamente", diz Roger Brindley, vice-presidente associado para programas acadêmicos globais da Universidade do Sul da Flórida. "Chegam e, depois de uns poucos minutos para falar 'olá', já vão dizendo: 'Estamos nos Estados Unidos a fim de encontrar parceiros para A, B, C e D'. Não vemos isso em outras instituições de outros lugares do mundo."

O esforço chinês foi recompensado: em um levantamento de 2011, instituições americanas listaram a China como sua principal parceira para titulação dupla ou conjunta, superando países que historicamente mantêm esse tipo de vínculo com os Estados Unidos, como Alemanha e França.

PROCESSO DE BOLONHA

Durante o boom asiático, a Europa também estava ocupada internacionalizando suas universidades. Mas, nesse caso, o foco era distinto: tornar mais próximas as instituições da União Europeia e encorajar a mobilidade no interior da região, não necessaria-

Hipercompetição na indústria de ensino superior lançou as instituições na busca de ganhos de curto prazo, encontrados em mercados como o chinês

mente fora dela. O Processo de Bolonha, iniciado em 1999, alinhou sistemas de ensino superior do continente até então díspares. O efeito colateral foi transformar o estudo nos EUA menos atraente, porque encurtou a graduação europeia para três anos, e o mestrado para um. Por que um estudante europeu iria se transferir aos EUA e gastar mais tempo, sem falar no custo financeiro?

"Eu tenho tentado frequentemente recrutar estudantes da Europa, e isso é sempre um processo difícil", diz Elias Carayannis,

professor de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo na Universidade George Washington. Ao mesmo tempo, Carayannis diz ser "bombardeado" por e-mails de estudantes chineses. E os chineses trazem na bagagem bolsas de estudo governamentais.

TERCEIRA VIA

Carayannis compara as universidades americanas a empresas. A "hipercompetição" na indústria de ensino superior, ele avalia, lançou as instituições na busca de ganhos de curto prazo,

ganhos encontrados em mercados como o chinês. Mas elas não estariam refletindo sobre sustentabilidade de longo prazo.

Segundo o *Chronicle*, alguns observadores têm apontado para uma terceira via, aos poucos reconhecida por universidades dos dois lados do Atlântico: parcerias multilaterais. A Washington University, por exemplo, está ampliando sua lista de parceiros internacionais para instituições da Holanda, Hungria e Turquia, além do Chile e do Brasil (Unicamp). (R.M.)

Sem instituto federal de supervisão do ensino superior, MEC não tem como fiscalizar, admite ministro

"PRECISAMOS DE UM INSTRUMENTO DO TAMANHO DO SISTEMA EDUCACIONAL QUE NÓS TEMOS HOJE NO SETOR PRIVADO", AFIRMA MERCADANTE

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, tem feito repetidos apelos públicos para que o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), uma nova autarquia vinculada ao Ministério da Educação, seja criado, com a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei 4372/12. Mercadante invoca o tamanho do setor privado – dono de 73% das matrículas na graduação, ou 5.140.312 alunos – e menciona as recentes fusões de empresas do ramo educacional. "O Insaes dá instrumentos que o MEC não tem hoje", reconheceu.

Um dos poderes do Insaes será aprovar pre-

viamente aquisições e fusões. O instituto vai encampar funcionários e atribuições da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC e também ficará responsável pela avaliação *in loco* das instituições federais e privadas de educação superior e de seus cursos de graduação, atualmente responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que continuará responsável pelo Enade (e pelo Enem).

Tanto na abertura da 100ª reunião da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) quanto na divulgação do Censo da Educação Superior, em setembro, Mercadante fez "um pedido público"

Projeto de lei do Insaes cria a Carreira de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, com 350 cargos de especialista

Exposição de motivos do PL 4372 defende 'profundas alterações da atual estrutura do Ministério' e 'ampliação significativa dos recursos humanos e financeiros'. O custo anual do Insaes seria de R\$ 47 milhões

aos parlamentares pela aprovação do Insaes. Na reunião da Conaes, apontou a necessidade de "conhecer a composição de capital das mantenedoras". Durante a divulgação do Censo, interrompeu a apresentação de dados sobre ensino a distância para uma digressão: "É só olhar o tamanho que o setor privado tem, as fusões que nós estamos tendo, os desafios da qualidade. Nós precisamos de uma autarquia com profissionais de carreira para fazer a regulação, a supervisão, a fiscalização do sistema", disse o ministro. "O Insaes dá instrumentos que o MEC não tem hoje, para por exemplo analisar previamente uma fusão, para a gente ter segurança do processo que vai acontecer, tanto econômico-financeiro quanto pedagógico, qual é a proposta, quais são as implicações. Nós precisamos de um instrumento do tamanho do sistema que nós temos hoje no setor privado", complementou.

À *Ensino Superior*, a chefe de gabinete do deputado Alex Canziani (PTB-PR) (relator do projeto na Câmara), Janeide Ayres Meneses de Oliveira, afirmou que "é humanamente impossível" que o MEC, hoje, dê conta dos processos sob sua responsabilidade. "Não há como fiscalizar de forma presente, especialmente o setor privado. Mas, ao mesmo tempo, nós temos a obrigação de proteger os estudantes. É necessário que o Congresso entenda."

O projeto de lei cria a Carreira de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, com 350 cargos de nível superior. Contando pessoal de apoio administrativo, o quadro do Insaes seria de 550 profissionais.

Hoje, são desenvolvidas cerca de 7 mil avaliações *in loco* por ano, de acordo com dados da Diretoria de Avaliação da Educação Superior

do Inep citados na exposição de motivos do PL 4372 – encaminhada à presidente Dilma Rousseff em 2012. No mesmo documento, o ministério reconhece que sua "capacidade operacional" para o efetivo exercício das atribuições legais de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, "além de suas muitas outras" atribuições, estará "inviabilizada" se tiver de continuar regulando e supervisionando com a estrutura atual "cerca de 2.667 instituições e 40.748 cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância".

Além disso, o novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), prevê elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, "assegurando a qualidade da oferta". Hoje, a avaliação presencial das instituições é missão de grupos de consultores *ad hoc*, mobilizados especificamente para aquela tarefa. Caso seja confirmada a criação do instituto, ainda haverá professores especialistas por área de conhecimento como consultores *ad hoc*, mas toda equipe será coordenada por um servidor efetivo do Insaes.

A ideia é "assegurar as coerências conceitual, epistemológica e prática da avaliação *in loco*", apesar do elevado número de visitas que devem ser realizadas com a expansão da rede federal e privada de educação superior, prevista no PNE. Para tudo isso, a exposição de motivos do PL 4372 defende "profundas alterações da atual estrutura do Ministério" e "uma ampliação significativa dos recursos humanos e financeiros". O custo anual do Insaes seria de R\$ 43,5 milhões, mais R\$ 3,7 milhões referentes a cargos já existentes. **(R.M.)**

Nos últimos meses, muitos (e grandes) negócios no ensino privado

LAUREATE COMPROU O COMPLEXO FMU POR R\$ 1 BILHÃO; ESTÁCIO COMPROU POR R\$ 615 MILHÕES A UNISEB

O grupo americano de ensino Laureate comprou em agosto por R\$ 1 bilhão o Complexo FMU (68 mil estudantes espalhados pelas faculdades FMU, Fisp e Fiam-Faam). O negócio só perde para a compra da Unopar pela Kroton, em 2011, por R\$ 1,3 bilhão. A FMU é a 12ª aquisição feita pela Laureate no Brasil. A primeira foi a Anhembimorumbi. Desde 2005, quando desembarcou no país, já investiu cerca de R\$ 2 bilhões. Segundo o jornal *Valor Econômico*, a FMU tem grande potencial para crescer no segmento de ensino a distância.

Em setembro, o grupo educacional carioca Estácio comprou por R\$ 615 milhões a Uniseb, centro universitário paulista. É a maior aquisição já feita pela Es-

tácio, que vai pagar R\$ 16,2 mil por aluno – valor recorde em aquisições do setor. A Uniseb tem 164 polos de ensino a distância autorizados pelo Ministério da Educação (153 já ativos). A Uniseb tem 37,8 mil alunos, dos quais 33,4 mil estão em cursos a distância. A mensalidade média líquida dos cursos presenciais da Uniseb é de R\$ 829. A mensalidade do EaD é de R\$ 184. A empresa fez oferta de ações no início de 2013 e levantou R\$ 768,6 milhões na Bolsa de Valores.

No terceiro trimestre, a taxa de expansão do lucro líquido dos grupos educacionais privados Kroton e Estácio ultrapassou a casa dos 100%. A Estácio viu seu lucro líquido saltar 116,8% e atin-

gir R\$ 86,3 milhões no terceiro trimestre. Já na mineira Kroton, a última linha do balanço trouxe um aumento de 110%, somando R\$ 128 milhões, informa o *Valor*.

A Kroton captou 167 mil novos alunos no vestibular do meio do ano e chegou ao fim de setembro com 534,3 mil matriculados, o que representa aumento de 33,3% em relação a igual período de 2012. A Estácio conquistou 84,6 mil estudantes que fizeram sua base saltar para um total de 340,4 mil matriculados em setembro, expansão de 19,7%. Nos cursos presenciais, os custos da Kroton representaram 54,3% da receita líquida. Já no ensino a distância, os custos foram equivalentes a 23% da receita. (R.M.)

Universidades brasileiras devem se internacionalizar, valorizar mérito, flexibilizar regras e reduzir burocracia, dizem líderes acadêmicos

A ÍNTEGRA DA REPORTAGEM ESPECIAL ESTÁ NO SITE DA *ENSINO SUPERIOR*

Por **Herton Escobar**, repórter especial do jornal **O Estado de S. Paulo**

Promover a internacionalização, valorizar o mérito, flexibilizar as regras e reduzir a burocracia. Essa é a receita básica que as universidades brasileiras precisam seguir se quiserem ficar mais parecidas com Harvard, Oxford, Stanford e outras instituições de ensino e pesquisa

que aparecem no topo dos rankings internacionais, segundo especialistas ouvidos em outubro pelo repórter especial do *Estadão*, Herton Escobar.

A falta de interatividade com o resto do mundo é apontada como um dos pontos mais fracos das instituições brasileiras, que reduz sua visibilidade

'O ponto mais crítico é a inflexibilidade das universidades públicas', avalia Verhine (UFBA e Conaes/MEC). 'São vistas como repartição pública, cheias de regras inflexíveis para uso de recursos, contratações, demissões. Deixamos de fazer muita coisa por conta disso'

e competitividade no cenário internacional.

“Se eu pudesse singularizar um item que precisa ser incentivado, é a internacionalização”, diz o pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Glaucius Oliva. “É isso que vai trazer no seu bojo todo o resto.”

Na academia brasileira, a barreira linguística e as regras do funcionalismo público tornam muito difícil atrair professores estrangeiros, ou até mesmo recrutar professores brasileiros de outras universidades. “No Brasil, resolveu-se que um professor universitário deve ser tratado como um funcionário público qualquer. Nenhum país com universidades de ponta faz isso”, diz o físico Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

“As limitações são muitas. Mesmo quando temos uma bolsa para trazer alguém como professor visitante, é difícil”, diz o pró-reitor de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e presidente da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes), Robert Verhine.

Segundo os especialistas, é preciso flexibilizar as regras e abrir as portas das universidades para estrangeiros – não obrigando-os a falar português, mas fomentando o uso do inglês entre os brasileiros, seja na sala de aula, nos laboratórios, ou nas chamadas de projetos e contratações.

“A universidade é um ambiente onde a diversidade é fundamental. Melhora a formação dos alunos, melhora a qualidade das pesquisas, melhora tudo”, diz o físico Marcelo Knobel, da Unicamp. Knobel, assim como os outros entrevistados, chama atenção para o fato de que as universidades brasileiras ainda são muito jovens (a USP, por exemplo, é de 1934, e a Unicamp, de 1966), e que isso, também, é uma diferença importante na comparação com as universidades mais tradicionais dos EUA e da Europa, que têm mais de um século

de existência. “Começamos tarde e estamos avançando a passos largos”, avalia. “As coisas estão acontecendo.”

“O ponto mais crítico é a inflexibilidade das universidades públicas”, avalia Verhine. “As universidades são vistas como uma repartição pública, cheias de regras inflexíveis para uso de recursos, contratações, demissões etc. Deixamos de

fazer muita coisa por conta disso.”

“As estaduais paulistas têm alguma autonomia; nas federais, não temos autonomia de nada”, diz a pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. “O Estado brasileiro não tem ciência da importância da universidade, nem da importância da ciência para o desenvolvimento do País. É um verdadeiro milagre termos conseguido chegar onde chegamos até agora.”

(LEIA A ÍNTEGRA NO SITE DA ENSINO SUPERIOR)

'A universidade é um ambiente onde a diversidade é fundamental. Melhora a formação dos alunos, melhora a qualidade das pesquisas, melhora tudo', diz o físico Marcelo Knobel, da Unicamp

Seguindo MIT e Harvard, Unicamp adota pôquer em disciplina sobre negócios

O CURSO OPTATIVO "FUNDAMENTOS DO PÔQUER", DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS, CAMPUS DE LIMEIRA, É MINISTRADO PELO MATEMÁTICO CRISTIANO TOREZZAN E ATINGIU A LOTAÇÃO MÁXIMA DE 130 ALUNOS

O matemático Cristiano Torezzan, da Unicamp, comanda uma disciplina com 130 alunos (lotação máxima) em que o jogo de pôquer é usado para desenvolver habilidades e competências úteis para a liderança de projetos e equipes. A experiência foi considerada pioneira no Brasil por reportagem publicada pelo jornal *Valor Econômico*. "A universidade estadual segue agora o que outras instituições de ensino estrangeiras, como MIT e Harvard, já fazem há mais tempo", diz o texto.

A disciplina "Fundamentos do Pôquer", ministrada na Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp (campus de Limeira), foi a matéria eletiva com mais alunos no segundo semestre de 2013. Segundo Torezzan, o aluno/jogador tem que tomar decisões baseadas

em um conjunto de informações que controla, mas existe também um conjunto de informações que não controla. "Chamamos isso de cenário de informações incompletas. O resultado de uma decisão depende da interação desses dois conjuntos."

"Fazendo uma analogia do jogo com os negócios empresariais, as cartas são um elemento aleatório, sobre os quais não há controle. Mas o jogador pode fazer cálculos probabilísticos das chances de ganhar uma rodada versus o seu custo. E isso pode dar um bom resultado se aliado a uma estratégia de tomada de decisões baseada em uma análise do padrão de comportamento dos oponentes. Como comparação, muitas decisões nas empresas são tomadas em cenários de incerteza. Ao mesmo tempo, o movimento de

A experiência foi considerada pioneira no Brasil por reportagem publicada no jornal Valor Econômico

uma companhia no mercado muitas vezes depende também da ação que o seu concorrente faz – ou que se espera que vá fazer", diz a reportagem.

Torezzan trouxe à primeira aula André Akkari, campeão mundial em 2011, e Igor Trafane, presidente da Confederação Brasileira de Texas Hold'em, a modalidade de pôquer mais praticada no mundo. Ambos foram sabatinados pelos alunos por cerca de duas horas. (R.M.)